

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Regime único pode ampliar vantagem do Brasil, diz Shell	2
Título: ‘Nossa meta é duplicar o comércio Brasil-EUA’	4
Título: Curtas	7
Título: Destaques	7
Título: Curtas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Combustão	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Câmara aprova projeto que proíbe cortar luz e água em fim de semana	9
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Ex-sócio acusa Vale de omitir conhecimento sobre corrupção na Guiné.....	10
Título: Insensibilidade Social	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/05/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Rafael Rosas — Do Rio****Título: Regime único pode ampliar vantagem do Brasil, diz Shell**

A consolidação do modelo regulatório para as atividades de exploração e produção em um regime único de concessão vai aumentar a competitividade do Brasil em relação a outros países, justamente no momento em que as petroleiras dispõem de menos recursos para investir em novas áreas. A opinião é do presidente da Shell no Brasil, André Araujo. À frente da maior petroleira privada no Brasil, em volume de produção de óleo e gás, o executivo vê o pré-sal brasileiro como estratégico e mantém os planos para o país. O executivo participou ontem da “ **Live do Valor** ”, espaço para discussão de temas relevantes para o Brasil e o mundo no cenário do coronavírus.

“Neste momento em que todas as empresas precisam e vão se adaptar a um cenário de capex [novos investimentos] mais baixo, sem dúvida, os investimentos vão migrar para aqueles países e projetos que são mais atrativos”, afirmou Araujo. “Você ter um regime único de concessão é claramente ter uma direção para se ter um ambiente competitivo.”

A discussão sobre a simplificação do modelo regulatório para que novas áreas sejam licitadas somente pelo regime de concessão ganhou força no fim do ano passado, após o resultado dos leilões do pré-sal e do excedente da cessão onerosa. Mesmo com a pandemia da covid-19, o governo mantém a intenção de aperfeiçoar o modelo neste ano.

No comando da Shell no Brasil há aproximadamente dez anos, Araujo entende que a competição por novos investimentos se dará não apenas entre ativos exploratórios, mas também com projetos de novas fontes de energia. “Não vou negar que o pré-sal é uma área estratégica de bastante interesse. A produtividade do pré-sal é bastante alta. Mas vamos viver em um regime de competição onde temos todos os desafios para investir em exploração e produção, ao mesmo tempo em que diversas companhias vão começar a alocar dinheiro para outras formas de energia”.

A empresa, que desembolsou cerca de R\$ 5,5 bilhões apenas em bônus de assinatura em leilões nos últimos anos, mantém o interesse por novas áreas no Brasil. “Esses próximos anos vão ser anos de um controle muito forte do desembolso de caixa das companhias, mas não vamos deixar de olhar propostas boas. Boa parte das primeiras medidas que a Shell fez é para manter uma

companhia resiliente, com caixa. E parte desse caixa é para olhar o futuro da organização também”.

O executivo também elogiou a decisão do governo de adiar os leilões de óleo e gás marcados para 2020. Segundo ele, a decisão não surpreende e o fato de não haver licitações neste ano foi uma escolha “sábia” do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “Ter um leilão que não traz competitividade não faz muito sentido.”

Com relação à operação brasileira, Araujo contou que as metas de produção estão mantidas para este ano. “No primeiro trimestre, produzimos acima da meta. Fechamos o primeiro trimestre com produção operada e não operada de pouco acima de 400 mil barris de petróleo por dia”.

Segundo ele, mesmo na pandemia, a empresa concluiu a perfuração na área de Gato do Mato, na Bacia de Santos, “de forma bastante segura” e a migração da sonda para Saturno, também em Santos. Ele lembrou ainda que nos ativos operados do BC-10 e de Bijupirá e Salema, na Bacia de Campos, a empresa teve recorde de produção nos últimos meses.

Sobre as medidas decorrentes da eclosão da covid-19 no mundo, o presidente da Shell Brasil afirmou que, assim que foi declarada a pandemia, a companhia definiu globalmente três novos pilares: cuidado com saúde e segurança, continuidade das operações e preservação do caixa.

Sobre os ajustes feitos pela companhia, Araujo lembrou que houve decisão de reduzir investimentos em US\$ 9 bilhões e de manter o plano de desinvestimentos do grupo, que totaliza US\$ 10 bilhões. A Shell também reduziu o pagamento de dividendos, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial.

“É um momento crítico e a gente precisa ter a companhia saindo mais fortalecida desse processo”, disse ele, lembrando ainda que os bônus de 2020 foram zerados. “Não ficou ninguém de fora. Democraticamente, todo mundo tem que dar sua contribuição para a companhia ser fortalecida”, completou.

No Brasil, houve suspensão de novos contratos, o recrutamento passou a ser focado somente em casos críticos e há uma revisão em andamento da política de expatriação. “Vamos continuar olhando formas de revisão regulares do nosso ativo, agora bastante pressionado por preço de petróleo em patamar diferente”, explicou ele.

O executivo também disse considerar “imperativa” a aprovação da lei do novo mercado de gás. Questionado sobre o cenário para as energias renováveis, Araujo afirmou que a pandemia não mudou a visão da Shell sobre o futuro do

setor. “Claramente a mensagem que temos é que a sociedade está mudando e precisamos estar prontos para atender os nossos clientes.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2020

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: ‘Nossa meta é duplicar o comércio Brasil-EUA’

O diplomata americano Todd Chapman, 58 anos, é um velho conhecedor do Brasil. Ele chegou pela primeira vez no país quando seu pai foi transferido, pela empresa onde trabalhava, para São Paulo. Estudou na Escola Maria Imaculada, fala português fluente, voltou adulto como consultor financeiro e depois como ministro-conselheiro da embaixada em Brasília. Quando foi avisado por Washington que estava para concluir sua última missão, em meados de 2014, deixou claro: só depois da Copa do Mundo. Comprou ingressos e foi a cinco jogos.

Depois de ter servido como embaixador em Quito, Chapman foi designado pelo presidente Donald Trump para assumir a representação dos Estados Unidos no Brasil e chegou no fim de março, em plena pandemia de covid-19 e com ruas vazias. “Não é a mesma coisa sem futebol, sem praia e sem beijinhos eu ainda não conhecia”, afirma o sorridente americano, ao ser questionado sobre as principais diferenças entre o país que conheceu em 1974 e o de hoje, mas apontando a aspiração das pessoas e a democracia como grandes mudanças no período.

Leia os principais trechos da entrevista concedida por Chapman, na quarta-feira, ao Valor:

Mais comércio Brasil-EUA

O nosso intercâmbio comercial ficou em torno de US\$ 105 bilhões no ano passado. O México, com uma economia menor, teve comércio de mais de US\$ 600 bilhões com os EUA. Devemos criar, a partir de agora, as respostas para ampliar oportunidades econômicas quando o auge da doença tiver passado. Queremos dobrar em cinco anos, para US\$ 210 bilhões, a corrente de comércio bilateral. Os dois governos têm interesse nisso, querem facilitar os investimentos de um lado para outro e estamos aproveitando esse período para preparar a nossa reativação econômica.

Não gostaria de especular [sobre um eventual tratado de livre comércio entre Brasil ou Mercosul e EUA]. A minha bola de cristal tem um prazo mais curto. É factível termos conquistas imediatas em várias frentes: comércio eletrônico,

harmonização regulatória, eliminação de barreiras não tarifárias. Muito pode ser feito agora para facilitarmos qualquer negociação no futuro.

Nosso governo tem enorme interesse em facilitar negócios com o Brasil. Tivemos agora um diálogo comercial com o USTR [Escritório Comercial da Casa Branca], com conversas produtivas sobre comércio digital, o Fórum de CEOs foi reativado. Eu já tive boas reuniões no **Ministério de Minas e Energia** sobre o futuro da mineração e a expansão no uso do gás natural. São temas mais técnicos, mas igualmente importantes e onde há cooperação entre especialistas dos dois lados.

Acordo de bitributação

Já tive a oportunidade de falar [com o governo brasileiro] sobre um tratado Brasil-EUA para evitar a dupla tributação. É de alto interesse do setor privado dos dois países e qualquer avanço será muito bem recebido. O Brasil está discutindo sua reforma tributária e seria ideal vê-la concluída para saber com qual legislação poderemos trabalhar. Espero que possamos resolver as diferenças para alcançarmos algum tipo de acordo.

Protecionismo

A abertura comercial é muito importante para dar eficiência à economia e expandir as oportunidades ao consumidor final, além de permitir aos países especializar sua produção. O comércio internacional mais livre resulta em crescimento econômico. Isso é evidente. Às vezes há uma reação protecionista depois de tempos difíceis, mas não vejo isso acontecendo agora.

O que eu vejo é uma reflexão sobre certas vulnerabilidades econômicas e de segurança nacional que talvez antes não estivessem tão claras antes. As portas não estão sendo fechadas para todos, mas reexaminadas para alguns. Por isso é tão importante compartilharmos princípios econômicos com os nossos parceiros. Temos que ter os mesmos entendimentos em temas como a dominância do Estado, proteção à propriedade intelectual, corrupção. No futuro, apreciaremos a importância de desenvolver relações comerciais com Estados com quem temos princípios em comum - e não divergências.

Combate à covid-19

Agora estamos vendo a importância de uma parceria econômica profunda e abrangente. É interessante como, de repente, as pessoas querem uma “diplomacia das máscaras”, mas há muitos esforços do setor privado americano estabelecido no Brasil, com doações importantes: a GM produzindo respiradores, a Coca-Cola entregando 1,3 milhão de garrafas de água, a 3M doando mais de um milhão de máscaras para o Brasil. São exemplos de como essa relação profunda está dando uma contribuição sólida para o Brasil. Temos mais de 4,5 mil empresas americanas instaladas no Brasil, dezenas de milhares

empregos sendo mantidos mesmo durante a pandemia. Eu tenho orgulho de como o nosso governo, nossa sociedade e nossas empresas estão reagindo.

Críticas ao alinhamento

Eu tenho muita satisfação em ver nossos governos mais próximos agora do que em muitas décadas. Há uma coincidência de interesses nacionais e de princípios. Quando existe essa coincidência com os EUA, a descrição é uma. Quando o Brasil do passado tinha essa convergência com Cuba ou com quem quer que seja, não era expressado da mesma forma. É uma jogada política. Não vou olhar para o passado. A função embaixadores é criar oportunidades entre as nações e pensar em um futuro melhor. Minha mensagem será sempre para aprofundar as relações positivas que têm os nossos presidentes, as nossas sociedades, as nossas comunidades de negócios. Lamento que alguns não tenham a mesma opinião. Conhecendo melhor a nossa relação, podem mudar de opinião. Sempre haverá quem não gosta dos EUA, mas estamos em um país livre, onde todos podem se expressar, sem represálias ou risco de serem presos por isso.

Trump e multilateralismo

Temos grande interesse em trabalhar nos fóruns multilaterais e estamos, sim, envolvidos em esforços em alcançar resultados que todos nós queremos. Isso não significa, porém, ausência de críticas a certas organizações onde por muito tempo temos sido os principais contribuintes, sem atingir os objetivos esperados. Muitas organizações internacionais precisam ser avaliadas e reformadas. É isso o que tem dito não apenas o presidente Trump, mas outras administrações também. Precisam ser revigoradas e as contribuições precisam ser mais equitativas entre as nações.

E se os democratas vencerem?

“E se...” não me cabe comentar. Eu sou um grande fã e confio no processo democrático. A democracia deve ser honrada. Esse é o quinto presidente a quem sirvo na minha carreira diplomática, sempre com muita alegria, e tenho orgulho do meu presidente e do meu governo. Farei o máximo que eu puder agora. Este é o momento em que as oportunidades existem. Vamos nos concentrar no momento, na realidade de hoje, e deixar 2021 para depois. Independentemente da questão política e de governos, a nossa relação é duradoura e só vai crescer. Ela está baseada em tudo o que brasileiros e americanos têm em comum. Sou um otimista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Casa dos Ventos e Tivit

A Casa dos Ventos firmou contrato de longo prazo de venda de energia para a Tivit a partir do complexo eólico Rio do Vento, em desenvolvido pela companhia no Rio Grande do Norte. De acordo com o anúncio, o contrato prevê o fornecimento, a partir de 2022, de toda a demanda de eletricidade dos 30 escritórios e quatro data centers da Tivit. O valor da transação não foi informado. Com o negócio, a Casa dos Ventos avança no desenvolvimento do complexo Rio do Vento, que terá potência instalada de 504 megawatts (MW) e investimento de R\$ 2,4 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Venda da Gaspetro

O juiz Pedro Rogério Castro Godinho, da 8ª Vara da Fazenda Pública de Salvador (BA), concedeu liminar solicitada pelo Estado da Bahia contra o processo de venda de 51% da Petrobras na Gaspetro, empresa que reúne a participação da petroleira em distribuidoras de gás natural do país. Segundo a ação, a Petrobras divulgou o alerta de venda sem antes prestar informações ao Estado da Bahia sobre o modelo de negócio e informações de governança da Bahiagás, que tem como acionistas a Gaspetro, o governo baiano e o grupo Mitsui. O juiz exigiu que Petrobras e Gaspetro exibam dentro do processo judicial informações pertinentes de ações, conforme solicitado pelo Estado da Bahia.

Demissões na Usiminas

O Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista conseguiu liminar para barrar

as demissões na Usiminas em Cubatão (SP). Segundo o presidente da entidade, Claudinei Rodrigues Gato, as dispensas começaram na quarta-feira e entre 150 a 200 pessoas foram desligadas. “A liminar conseguiu impedir a continuação das dispensas e determinou a reintegração dos funcionários demitidos. A Usiminas tem cinco dias para cumprir a determinação sob pena de multa de R\$ 10 mil por cada empregado desligado”, disse. Segundo Gato, a Usiminas informou que deve dispensar 60% do efetivo da usina, que emprega 1,6 mil pessoas. A siderúrgica não confirma o número. Sobre a liminar, informou que o assunto está sendo tratado pelo seu departamento jurídico.

Petrobras na Colômbia

A fase não vinculante da venda de ativos da Petrobras na Colômbia já está em curso, conforme divulgado pela companhia ontem. A alienação de 100% das ações detidas pela Petrobras International Braspetro B.V. e outras subsidiárias na Petrobras Colombia Combustibles, a Pecoco, havia sido anunciada em 6 de março. A empresa explica que os potenciais compradores habilitados para essa fase receberam memorando descritivo sobre os ativos. A Pecoco atua com distribuição e comercialização de gasolina, diesel e lubrificantes.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	22/05/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Castrol na venda online

A Castrol, companhia de lubrificante da petroleira britânica BP, está reforçando a venda no varejo com uma loja virtual. Líder na fabricação de lubrificantes premium, a empresa estreia nesse modelo com o objetivo de oferecer, segundo afirma em nota, comodidade ao consumidor. O alvo dessa estratégia é aquele que já têm afinidade com a compra online. A Castrol informa ter 3,6 milhões de seguidores no Facebook e que já havia identificado a demanda por seu produtos para que pudessem ser comprados pela internet. A empresa não tem fabricação própria de lubrificante no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 22/05/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Combustão

Direto da fonte

A recente peregrinação de usineiros a Brasília, para conversar com Bolsonaro, perdeu a razão de ser. Queriam, e quase conseguiram, arrancar do governo um aumento da Cide na gasolina – com intuito de que o etanol se tornasse mais competitivo nas bombas. A gasolina, vendida nas refinarias, chegou a acumular queda de preço de 52% no ano, até o início de maio. Isso fez crescer sua competitividade em relação ao etanol.

Combustão 2

Entretanto, a competitividade do etanol, segundo matemática do setor, é viável com preço até 70% do cobrado na compra de gasolina. Hoje, segundo dados da ANP, o produto está ainda a 64%. Isto é, abaixo do limite traçado.

Combustão 3

Pelo que se apurou, avisado pela ala liberal do governo, Bolsonaro deu um chega para lá na turma do álcool. Mas, mesmo assim, não conseguiu que desistissem totalmente da ideia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 22/05/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Danielle Brant**Título:** Câmara aprova projeto que proíbe cortar luz e água em fim de semana

Os deputados aprovaram nesta quinta (21) projeto que proíbe o corte de luz, água e gás de clientes inadimplentes nos fins de semana e feriados e que obriga o consumidor a ser comunicado previamente sobre o desligamento.

A obrigatoriedade de comunicação prévia, especialmente quando se fala de energia elétrica, era prevista por regulamentações administrativas.

O relator do texto, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), decidiu consolidar o ponto ao incluir o dispositivo na lei que trata dos direitos dos usuários de serviços públicos prestados pela administração pública.

O texto, que veio do Senado, foi aprovado na Câmara em votação simbólica. Como houve alterações em relação ao projeto da outra Casa, retorna para apreciação dos senadores. Só depois segue para sanção ou veto presidencial.

O projeto proíbe a suspensão do serviço por inadimplência do consumidor “que se inicie em sexta-feira, sábado ou domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a este”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/05/2020

Seção: Economia

Autor: MARIANA BARBOSA SÃO PAULO

Título: Ex-sócio acusa Vale de omitir conhecimento sobre corrupção na Guiné

Ex-executivo da empresa é gravado, sem autorização, em processo movido por magnata israelense contra mineradora

A bilionária disputa entre a Vale e o magnata israelense Beny Steinmetz — seu ex-sócio em uma importante mina de minério de ferro na Guiné — deve ganhar um novo capítulo com gravações de conversas de ex-executivos da mineradora brasileira que afirmam que a Vale sabia da suspeita de corrupção quando entrou no negócio.

O GLOBO teve acesso aos áudios e vídeos das gravações, feitas pela empresa de investigação israelense Black Cube, contratada por Steinmetz. Os executivos que aparecem nas gravações não sabiam que estavam conversando com um investigador disfarçado ou mesmo que estivessem sendo gravados. Todo o material foi apresentado ontem à Justiça de Nova York, onde Steinmetz quer reverter a multa que deve à Vale.

As gravações revelam os bastidores da polêmica negociação pela mina de Simandou, e que tinha como pano de fundo o interesse do governo Lula em estreitar laços diplomáticos e econômicos com a África — fato que é mencionado nas conversas.

Em um dos áudios, o ex-diretor de minério de ferro da Vale José Carlos Martins, defensor do negócio à época, afirma que o Conselho de Administração da Vale “tinha conhecimento de tudo”, mas concordou em correr o risco dada a importância estratégica da mina, uma das maiores do mundo.

—Ele (Steinmetz) não conseguiu essa licença por causa de seus olhos azuis — diz Martins em um dos áudios.

Steinmetz já foi alvo de investigação por corrupção e lavagem de dinheiro na Suíça, em Israel, nos Estados Unidos e na própria Guiné. Ele chegou a ser preso provisoriamente e nega as acusações.

A Vale e a assessoria do ex-presidente Lula não quiseram comentar. Martins também foi procurado e não quis dar declarações.

CONSULTORIA

As conversas gravadas a mando de Steinmetz aconteceram entre fevereiro e a semana passada. As primeiras foram realizadas em lugares públicos, como em um café em Nova York. Com o avanço da pandemia do novo coronavírus, elas passaram a ser feitas por videoconferência.

Para conquistar a confiança dos entrevistados, os agentes acenaram com a possibilidade de uma consultoria ou um convite para um assento no conselho de uma empresa estrangeira.

Ao longo de três conversas em inglês com um investigador que se apresentou como investidor em um projeto de mineração no Peru, Martins relatou uma reunião de Conselho da Vale —que tem entre seus integrantes representantes de fundos de pensão de estatais e do BNDES —onde, segundo ele, as suspeitas de corrupção envolvendo Steinmetz foram tratadas de maneira informal, sem registro em ata. Ele diz ter recomendado a assinatura do acordo “de nariz fechado pois cheira mal”, para “não deixar o negócio cair nas mãos dos competidores”.

— Nós falamos para eles (conselheiros): Olha, tem algo de errado’. O CEO (então presidente da Vale, Roger Agnelli, morto em 2016) disse as mesmas coisas. E no final, o conselho falou: Ok, vamos nessa. Não digam mais nada. Vamos fechar —relatou Martins.

No ano passado, Steinmetz foi condenado na Corte Internacional de Arbitragem de Londres a pagar uma indenização de US\$ 2 bilhões à Vale. A corte acolheu os argumentos da mineradora de que ela teria sido enganada por Steinmetz e acreditado que a concessão da mina fora obtida de forma lícita. A Vale conseguiu o bloqueio de alguns ativos de Steinmetz — incluindo um iate e dois jatinhos — e de outros executivos de sua empresa em Londres e Nova York.

Martins diz que o projeto tinha o “apoio” do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendia uma aproximação com a África.

Em uma das conversas gravadas, Martins contou ter entregue cópias de seus e-mails do período para uma investigação conduzida internamente pela mineradora.

OPOSIÇÃO

De acordo com a petição apresentada em Nova York, Steinmetz pleiteia acesso a esses e-mails. Sua intenção é usá-los como prova de que a Vale sabia das suspeitas de corrupção e com isso reverter a condenação de Londres.

A parceria com Steinmetz para explorar Simandou foi assinada em abril de 2010. Apesar do apoio do conselho, nem todos os diretores da Vale eram favoráveis ao negócio. Fabio Barbosa, então vice-presidente financeiro da empresa, morto em 2015, se recusou a assinar o negócio.

Segundo relato do ex-gerente executivo de fusões e aquisições da Vale Alex Monteiro, a recomendação de Barbosa, seu chefe na época, era para criar uma conta escrow (conta-caução) e “não pagar um centavo” para o sócio israelense até que o novo governo da Guiné assumisse e a licença fosse ratificada pelo parlamento do país africano.

Procurado, Monteiro afirmou ao GLOBO que a discussão sobre a conta escrow estava ligada à instabilidade política na Guiné e “nunca a alguma suspeita de ilícito”.

O contrato com a Vale foi assinado depois que os gestores da empresa de Steinmetz concordaram em formalizar, com declarações e garantias pessoais, a inexistência de ilegalidade na obtenção da licença da mina.

HISTÓRICO CONFUSO

As gravações feitas a mando de Steinmetz poderão ter que passar por perícia caso a Vale solicite e o pedido seja acolhido pela Justiça de NY.

A Vale pagou US\$ 500 milhões por 51% da jointventure com Steinmetz e se comprometeu a investir US\$ 2 bilhões numa estrada de ferro para escoar a produção, dos quais US\$ 700 milhões foram desembolsados.

Em 2010, a Guiné vivia um conturbado processo eleitoral após um golpe de Estado deflagrado no vácuo da morte do ditador Lansana Conté, que comandou o país por 24 anos. O vencedor das eleições, Alpha Condé, ainda hoje no poder, tinha como bandeira eleitoral rever os contratos da mina.

Quando ele foi eleito, Steinmetz perdeu acesso ao círculo de poder na Guiné. Agnelli resolveu então apelar a Lula. Em fevereiro de 2011, Lula, já como ex-

presidente, foi a Conakry participar de um jantar com Agnelli e o novo líder do país africano. Mas não adiantou. Segundo relato de Martins, Condé fez exigências contratuais que inviabilizaram o negócio.

Nas conversas gravadas, Martins disse que o investidor George Soros tentou interferir no negócio a favor do novo governo da Guiné. A reportagem não conseguiu falar com Soros.

A licença de Simandou foi cassada em 2014. Desde então, a Vale vem tentando ser ressarcida pelo antigo sócio. Em meio à briga, um consórcio liderado por investidores chineses conquistou o direito de explorar a mina.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/05/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Insensibilidade Social

Finalmente, o Cade abriu procedimento preparatório de inquérito administrativo para investigar a Petrobras por possíveis condutas anticompetitivas no mercado de gás de cozinha. Também está questionando as distribuidoras.

Como se sabe, o preço do petróleo sobe e desce e o botijão de gás de cozinha — fundamental na vida do pobre — mantém o preço médio no comércio legal a R\$ 70. Sem falar no que é cobrado pelo tráfego e pela milícia nas comunidades.

MME / ASCOM .